

Artigo aborda a importância da preservação dos processos judiciais

Página 2

Curso de ambientação reúne novos servidores

Página 6

Eneida Melo abre encontro de história na UFPE

Página 8

Fórum regional de arquivos atrai mais de 400 participantes

Stela Maris



Promovido pelos Tribunais (TRT6, TRF5 e TJPE, com o apoio da FACEPE e da Caixa Econômica Federal), o **Fórum Regional de Arquivos Judiciais: gestão e preservação documental – dos arquivos textuais aos arquivos eletrônicos**, reuniu, no Recife, de 11 a 13 de novembro, os maiores especialistas no tema. A abertura foi realizada pelo professor Antônio Montenegro, com a palestra “Autos Findos da Justiça do Trabalho: por um Lugar na Memória”. Os coordenadores do encontro decidiram que a próxima edição do fórum será realizada em João Pessoa, em 2010.

Lançamento de cartilha marca conclusão do programa **TRABALHO, JUSTIÇA E CIDADANIA**



Dia 20 de novembro, no auditório da FIEPE, no Recife, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Sexta Região (Amatra6) realizaram a sessão de encerramento do programa Trabalho, Justiça e Cidadania referente ao ano de 2009. O evento movimentou educadores, estudantes e a comunidade jurídica.

Documentos da Justiça do Trabalho em Pernambuco: História Passada & História Presente



Antônio Montenegro
Professor Doutor da UFPE

Quando em 2004 um grupo de professores do Programa de Pós-Graduação em História tomou conhecimento que um grande lote de processos trabalhistas iria ser incinerado e iniciou uma peregrinação pelo salvamento dessa documentação, não seria capaz de imaginar que esse movimento se associaria a outros movimentos semelhantes em plano regional e nacional. Este gesto em defesa do salvamento dessa preciosa documentação da história do trabalho recente em Pernambuco e da própria história da justiça do trabalho em Pernambuco resultou na assinatura de um convênio entre a UFPE e o TRT 6 que, na época, teve o irrestrito apoio do presidente em exercício, Dr. Fernando Cabral.

Na oportunidade foram transferidos para o Departamento de História da UFPE 63.386 mil processos. Essa pequena quantidade de processos, se comparados com os mais de 2 milhões de processos existentes no arquivo-geral em Vitória, se constituiu em uma documentação preciosa para mestrados e doutorandos do PPG em História da UFPE. Por meio deles era possível adentrar de forma mais detalhada, com muito maior riqueza de informações acerca das disputas trabalhistas que ocorreram em Pernambuco a partir das décadas de 1960.

Entretanto, aqueles processos, por não estarem higienizados, catalogados e

digitalizados, se constituíam numa documentação duplamente preciosa porque exigia do pesquisador horas e dias a fio na luta para encontrar informações históricas que atendessem aos seus projetos de pesquisa. Mergulhar naquele mundo de processos sem um mínimo de informações prévias, além do perigo dos fungos que normalmente se desenvolvem nos papéis velhos, desafiava a paciência e a sorte em encontrar ao final de dias e semanas processos que contemplassem os temas históricos tratados em suas dissertações e teses pelos pesquisadores.

Essa situação, no entanto, foi finalmente revertida quando no final de 2007 a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) lançou um edital Multiusuários: de Apoio para a Disponibilização para a Pesquisa de Laboratório Multiusuário e de Acervos de Interesse Científico para a Pesquisa. Ao concorrermos a esse edital e sermos selecionados, os recursos então alocados possibilitaram constituir uma equipe de estudantes da graduação de história e de mestres em história para higienizar, catalogar, escrever pequenas ementas sobre o conteúdo de cada processo e em seguida digitalizá-los. Também em razão desse tratamento, foi possível duplicar o número de processos recebidos, que passou de 63 mil para 130 mil processos, aproximadamente, o que vem atender aos interesses dos historiadores, dos

educadores, dos geógrafos, dos sociólogos, dos psicólogos que trabalham principalmente na área do trabalho e mesmo dos bacharéis em direito, principalmente aqueles que decidem alongar sua formação acadêmica realizando mestrados e doutorados.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-2129.2020 imprensa@trt6.gov.br

PRESIDENTE

Eneida Melo Correia de Araújo

VICE-PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

CORREGEDOR

Ivanildo da Cunha Andrade

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Gilvan Caldas de Sá Barreto
Nelson Soares Júnior
Josélia Moraes da Costa
Zeneide Gomes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueiredo Bernardo
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

José Alberto Alves Viana

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Romil

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Alice Amorim

REDATORES

Maria Alice Amorim / Caroline Jordão Barreto / Eugenio Pacelli

REVISÃO

Eugenio Pacelli / Caroline Jordão Barreto

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

Imprima Soluções Gráficas LTDA - ME
(Tiragem: 1.500 exemplares)

Gestão documental em foco

A Coordenadora de Gestão Documental e Memória do TRT6, historiadora e especialista em arquivo, Marcília Gama, nesta entrevista aborda os desafios de implantar um programa de gestão documental, menciona as ações previstas para o biênio 2009/2011, salienta a importância da realização do Fórum Regional de Arquivos Judiciais e revela a intenção de o Tribunal firmar convênio com novas entidades da área de pesquisa.

Quais os desafios enfrentados e a enfrentar, na condição de coordenadora do Programa de Gestão Documental e Memória do TRT6?

R. O maior desafio, penso que seja a mudança de mentalidade em relação à Gestão Documental, à concepção de uma nova cultura institucional, voltada à preservação, à valorização da memória, uma conquista que não será obtida em tempo imediato, a resposta institucional é lenta e a introdução desse novo paradigma é contínua e gradual. O novo é visto na maioria das vezes com reservas, há sempre as resistências. E isso leva, naturalmente, um tempo, até que haja a aceitação, a compreensão, o despertar mesmo da sensibilidade para a importância da causa.

Outro grande desafio, que está associado ao planejamento, é de ordem financeira, a implementação efetiva do Programa de Gestão precisa de um orçamento definido de médio e longo prazo.

Que ações foram eleitas como principais para execução durante o biênio 2009/2011?

R. Em primeiro lugar foi inserir, como



uma Meta do Planejamento Estratégico, o Programa de Gestão Documental do TRT6, que irá garantir um orçamento e um cronograma de ações previstas de 2010 a 2015. O pioneirismo dessa ação foi referendado pelo Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória e recomendado na reunião do CNJ, para todos os Tribunais do Trabalho. O mérito dessa iniciativa cabe à visão de futuro da Presidente desta Corte, a desembargadora Eneida Melo.

Outra ação foi a implementação do Programa de capacitação dos servidores em Gestão Documental, com a introdução de novos conceitos de gestão e avaliação documental, iniciado em setembro de 2009, para os servidores administrativos e do arquivo, bem como a realização do Fórum Regional de Arquivos Judiciais, complementando os conteúdos com a experiência de profissionais renomados que vêm desenvolvendo a Gestão dos documentos textuais e eletrônicos em instituições judiciais de referência no Brasil.

Existe um cronograma de ações?

R. Sim. No Planejamento Estratégico Institucional do TRT6, que vai de 2010 a 2015, estão sintetizados os objetivos estratégicos institucionais com as respectivas metas necessárias para a realização da Gestão Documental.

Há perspectiva de ampliar a parceria do TRT com outras instituições de ensino e pesquisa, a exemplo do convênio com a UFPE?

R. Instituições de pesquisa sim, a exemplo da FUNDAJ – Fundação de Pesquisas Sociais. Estamos tomando as providências necessárias à formalização de um convênio de Cooperação Técnica para implantação de um laboratório de microfilmagem/digitalização. Outro convênio em andamento é com o Memorial de Justiça de Pernambuco, baseado na cessão gratuita do Programa de Descrição para documentos e fotos. Com relação a outras instituições de ensino, a ideia é manter apenas com a UFPE a parceria, como forma de não descentralizar as atividades e o Tribunal poder dar uma melhor assistência e acompanhamento.

Já podemos conferir resultados decorrentes dos dois eventos em que a participação do TRT foi decisiva: o Encontro Nacional da Memória e do Fórum Regional de Arquivos Judiciais?

R. Sim. Foram feitos contatos importantes, o conhecimento do que está sendo feito em outros Tribunais, a troca de informações e programas e, sobretudo, o reconhecimento ao trabalho que o TRT6 está desenvolvendo em prol da Gestão e da preservação da Memória.

Fórum regional de arquivos judiciais discut

Stela Maris



Promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (TRT6), com o Tribunal Regional Federal da Quinta Região (TRF5) e com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Fórum Regional de Arquivos Judiciais aconteceu de 11 a 13 de novembro. Viabilizado a partir de projeto desenvolvido pelo Judiciário na área de gestão documental com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), o evento teve por tema Gestão e Preservação Documental: dos Arquivos Textuais aos Arquivos Eletrônicos e contou com cerca de 420 inscritos.

Na abertura, realizada no TRT6 na noite do dia 11, a presidente deste Tribunal, desembargadora Eneida Melo, destacou a oportunidade conferida pelo congresso aos Tribunais para

compartilharem opções de planejamento de curto, médio e longo prazo que viabilizem a preservação de seus antigos processos judiciais. Essa preservação, registrou Eneida Melo, possui íntima relação com o direito que cada indivíduo tem de ver conservada sua identidade, bem como com o direito da sociedade de ver preservada a história.

Depois, o professor Antônio Torres Montenegro proferiu a palestra Autos Findos da Justiça do Trabalho: por um Lugar na Memória, em que abordou a importância da preservação dos processos judiciais já concluídos e destacou que, graças ao convênio entre o Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco e o TRT6, hoje, existem cerca de 130 mil processos do Tribunal que foram higienizados, catalogados e digitalizados por aquele

departamento, processos esses que têm servido de fonte para várias pesquisas, tanto de estudantes quanto de professores.

Na manhã do segundo dia do Fórum, a desembargadora do TRT da 15ª Região (Campinas) Tereza Aparecida Asta Gemignani falou sobre A Preservação da Memória Social e da Justiça do Trabalho no Brasil. Na abordagem, mencionou que, no TRT15, o próprio juiz da causa pode determinar a guarda permanente de processos que considere relevantes do ponto de vista histórico. Também disse que aquele Regional disponibiliza o seu acervo para consulta por parte da comunidade. Na mesma manhã, a servidora do TST Ana Rosa de Sá Barreto falou sobre Avaliação de Documentos na Justiça do Trabalho: Perspectivas Atuais. Na ocasião, registrou a necessidade de desenvolvimento de uma política nacional de gestão documental para o Judiciário e alertou para o fato de que, atualmente, a avaliação dos processos para fins de seleção do que possui interesse histórico tem sido feita com vistas a atender a requisitos de eliminação. Isso porque, na sua compreensão, preservação só ocorre com gestão e, como não temos gestão, não conseguimos preservar. Já à tarde, foram realizadas duas oficinas, uma no Pleno do TRF5 (Avaliação, Seleção e Descarte de Documentos Judiciais) e outra no Pleno do

ute preservação de processos

TRT6 (Implementação do Processo Eletrônico). Esta foi proferida pelo servidor do STJ Carlos Leonardo Pires, para quem o processo eletrônico vai promover a inclusão digital, e não a exclusão.

No terceiro e último dia do evento, o juiz federal Alexandre Libonati de Abreu falou sobre Padrões para a Gestão de Documentos no Judiciário. Na palestra, salientou que gestão documental não pode ser um fim em si mesmo, mas instrumento de organização, essencial para reduzir a morosidade do Judiciário, na medida em que todas as informações sensíveis do Judiciário precisam de gestão. O diretor do Arquivo da Justiça Estadual do Rio de Janeiro, Márcio Ronaldo Leitão Teixeira, abordou a gestão de documentos como uma questão de cidadania, um imperativo legal e um tema para ampla discussão nacional. Ele apresentou, ainda, informações sobre a implementação do Arquivo Central

do Poder Judiciário Estadual do Rio de Janeiro (PJERJ), a partir de julho de 2005, e que guarda hoje cerca de 18 milhões de documentos. Wilmar Castro abordou o "Agilis", programa de gestão documental do STJ. Gilberto Cardoso, do TJRJ, falou sobre arquivos correntes, ou seja, a primeira etapa no ciclo de vida do documento.

Após a movimentada tarde de palestras, a presidente do TRT6, desembargadora Eneida Melo, fez o

discurso de encerramento, concluindo as atividades do Fórum Regional de Arquivos Judiciais. A desembargadora Margarida Cantarelli representou o TRF5 e o desembargador Bartolomeu Bueno, o TJPE. Ao final, a coordenadora de Gestão Documental e Memória do TRT6, Marcília Gama, anunciou que a edição do II Fórum Regional de Arquivos Judiciais vai ser realizada em João Pessoa.



Ana Rosa de Sá Barreto - Coordenadora de Gestão Documental do TST

Stela Maris

Moções aprovadas no Fórum Regional de Arquivos Judiciais

- Criação de um Comitê de Gestão Documental para os órgãos do Sistema Judicial do Nordeste (TRT-6, TRF-5, TJPE, MPPE, TRT-13 e demais Tribunais Regionais do Trabalho, que atuem na Região Norte e Nordeste), que servirão de aporte no Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nas discussões referentes às peculiaridades regionais, bem como na definição da política de gestão documental nacional.
- Edição do II Fórum Regional de Arquivos Judiciais, com a candidatura da Paraíba, que sediará o evento em 2010, naquele Estado.
- Criação de uma carta de intenções, comum a todos os órgãos parceiros do evento, no sentido de garantir uma efetiva política pública para o Judiciário em Pernambuco, de conformidade com o que dispõe a legislação em vigor e no tocante à implementação de uma política de gestão documental na região.

TRT6 promove curso de ambientação de novos servidores

O Setor de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal (SCDP) realizou, nos dias 16 e 17 de novembro, o Curso de Ambientação de Novos Servidores. O evento contou com a participação de servidores que ingressaram no Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (TRT6) neste ano e foi uma oportunidade para os novos funcionários conhecerem mais sobre o funcionamento do Regional e também para esclarecê-los acerca dos seus direitos e obrigações.

A abertura do seminário foi feita pela diretora da Secretaria de Recursos Humanos (SRH), Eliane Remígio, na tarde do dia 16. Ela destacou o prestígio do TRT6 perante a sociedade, tanto por conta do comportamento ético de seus magistrados e servidores, como por conta das suas decisões judiciais, as quais, não raro, implicam renovação da jurisprudência, seja deste Regional, seja do TST. Ainda lembrou os novatos sobre a necessidade de cada um encontrar seu papel dentro do Tribunal.

Na mesma tarde, o diretor-geral, Wladimir Rolim, falou sobre a composição do TRT6, a missão (solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho no âmbito de Pernambuco, de forma rápida e eficaz, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da



O curso foi programado para os servidores que ingressaram em 2009

paz social) e os valores (justiça, ética, comunicação, celeridade, qualidade, responsabilidade ambiental). Ainda conversaram com os novos funcionários os servidores Humberto Galvão e Sílvio Romero, do Serviço de Pagamento de Pessoal (SPP), os quais trataram de questões relativas à remuneração. As servidoras Mônica Lacerda e Fábria Sousa, do Setor de Tempo de Serviço (STS), discorreram sobre averbação de tempo de serviço, férias e licença capacitação, e Elielson Floro, do Setor de Benefícios (SB), encerrou a programação da tarde falando sobre plano de saúde, auxílio-transporte, auxílio-creche, auxílio-funeral, auxílio-saúde, assistência pré-escolar e auxílio-alimentação.

Já no dia seguinte, os novos servidores ouviram Isabel Santos, da Coordenação de Saúde, esclarecendo que os serviços lá prestados podem ser usados não só por funcionários e

magistrados, mas também pelos dependentes diretos que estejam declarados no imposto de renda ou no registro do SAP. Também ouviram Andréa Guedes, da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, que discorreu acerca das atribuições de sua unidade. Já Terezinha Pimentel, da Estatística, apresentou o TRT6 em números; a desembargadora Gisane Barbosa abordou a composição dos gabinetes no Tribunal e a tramitação dos processos na segunda instância; Ana Paula Teixeira e Luci Oliveira, do Setor de Avaliação de Desempenho, trataram de estabilidade, estágio probatório e avaliação de desempenho, e o juiz substituto da 11ª Vara do Trabalho do Recife, André Machado, encerrou o encontro fazendo uma abordagem deontológica do papel do servidor no serviço público.

Alunos demonstram por meio da arte lições de direito do trabalho e cidadania

Stela Maris

Dia 20 de novembro, no auditório da FIEPE, no Recife, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Sexta Região (Amatra6) realizaram a sessão de encerramento do programa Trabalho, Justiça e Cidadania referente ao ano de 2009.

O evento, que foi a culminância de diversas atividades desenvolvidas ao longo deste ano, contou com a participação de seis escolas públicas, cujos alunos, valorizando o elemento lúdico, conforme a filosofia do programa, exibiram cartazes e encenaram peças teatrais abordando questões ligadas aos direitos trabalhistas, aos direitos humanos e à cidadania. Uma comissão julgadora, formada por magistrados, advogados e procuradores, escolheu os melhores trabalhos, em três categorias. Em texto literário, venceu a escola José Vilela; o melhor cartaz foi o da Sizenando Silveira; na categoria teatro, a Padre Machado e a Sizenando Silveira dividiram o primeiro lugar. Também realizaram apresentações as escolas Dom Vital, Dom Bosco e o Ginásio Pernambucano.

Durante o encontro, que contou com a participação dos Coordenadores do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania,



Comissão formada por magistrados, procuradores e advogados elegeu os melhores trabalhos apresentados pelos alunos

houve o lançamento da Cartilha do Trabalhador, em quadrinhos, publicação fundamental para disseminação do programa Trabalho, Justiça e Cidadania. Em Pernambuco, a iniciativa tem o apoio da Amatra 6 e a coordenação da juíza Carmen Richlin.

As culminâncias nas escolas resultaram do trabalho de professores que frequentaram o seminário temático do ano de 2009, realizado na Esmatra 6 entre 31 de agosto e 4 de setembro, com palestras dos magistrados e professores André Luiz Machado, Hugo Cavalcanti Melo Filho e Abner Apolinário,

sobre assuntos relacionados a direitos e deveres do trabalhador. Após esse período, cumprindo a agenda das culminâncias que aconteceram entre os meses de setembro e novembro, magistrados e advogados visitaram seis escolas públicas estaduais, entre elas o Ginásio Pernambucano, escola de referência que existe no Recife desde setembro de 1825. Como o programa Trabalho, Justiça e Cidadania é dirigido a educadores e estudantes, o Judiciário vem mantendo, dessa forma, um canal de comunicação com agentes multiplicadores da sociedade.

Eneida Melo abre encontro de História na UFPE

Com a conferência “A construção da Justiça do Trabalho e os direitos fundamentais”, a presidente do TRT6, desembargadora Eneida Melo, realizou a abertura do IV Encontro Cultura & Memória: História e Trabalho, que aconteceu na UFPE (CFCH), no dia 16 de novembro.

Eneida Melo iniciou sua palestra destacando que os fundamentos da Justiça do Trabalho se assentam nas ideias do Constitucionalismo de vertente social, cujo início se deu no começo do século XX, na esteira do chamado Estado do Bem-Estar Social. “Falar sobre a Justiça do Trabalho é, sobretudo, aludir aos direitos de cidadania e de dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho, ao pluralismo político”, disse.

É nesse período que passaram a ser construídos os direitos de segunda e terceira geração, tais como os direitos sociais, econômicos e culturais, além daqueles que se preocupam com a paz e o meio ambiente, por exemplo.

Ao comentar o surgimento da Justiça do Trabalho no Brasil, mencionou as circunstâncias políticas, sociais e econômicas que propiciaram a sua criação e também as diversas fases por que passou o Judiciário Trabalhista. Continuou remontando ao período em que a solução dos conflitos das relações de trabalho eram resolvidos pelas comissões e juntas de conciliação e chegou ao momento atual, que, em razão de novos paradigmas, impõe

desafios inéditos ao Direito do Trabalho.

A denominada pós-modernidade, com a globalização da economia, torna imensamente complexas as relações sociais e, por extensão, as relações de trabalho. Fenômenos como a terceirização surgem como uma ameaça a direitos fundamentais conquistados num longo processo histórico. Cabe à Justiça do Trabalho garantir que sejam mantidos os princípios constitucionais sociais. “O direito à propriedade, que é legítimo, não pode sobrepor-se à dignidade da pessoa humana”,

afirmou Eneida Melo.

Citando o ministro do STF Eros Graus, Eneida Melo lembrou que a expressão “pós-moderno” pode simultaneamente significar tudo e nada, daí o risco de que seu significado possa se perder no vazio. Encerrando a palestra, Eneida Melo afirmou que a Magistratura deve garantir à sociedade a efetivação da Carta Magna, com a manutenção de seus fundamentos, para dignidade da pessoa humana. “O homem desempregado é uma presa fácil para o submundo”, concluiu a desembargadora.

Stela Maris



Presidente do TRT abordou o surgimento do Judiciário Trabalhista e as mudanças por que ele passou

O EVENTO - O Encontro Cultura & Memória é uma realização bianual do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Na abertura, estiveram presentes os professores Gilson Edmar, vice-reitor da UFPE; Antônio Montenegro, organizador do evento; Tânia Brandão, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, e Francisco Ramos, representante da Pró-Reitoria de Extensão e Pesquisa.